

A redução da desigualdade social no Brasil com base na agenda 2030 da ONU

The reduction of social inequality in Brazil based on the UN 2030 agenda

La reducción de la desigualdad social en Brasil a partir de la agenda 2030 de la ONU

Recebido: 16/01/2023 | Revisado: 29/01/2023 | Aceitado: 02/02/2023 | Publicado: 09/02/2023

Colomaro Silvério do Amaral Filho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0430-2535>

Centro Universitário de Goiatuba, Brasil

E-mail: colomaroiphone@icloud.com

Rafael Spindola Vasconcelos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5379-6514>

Centro Universitário de Goiatuba, Brasil

E-mail: rafaelspindola11@hotmail.com

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar a desigualdade social no Brasil, perante a pertinência da meta 10.4 da Agenda 2030, que pretende reduzir a desigualdade social, verificando se a redução, poderia, gerar, prejuízos e ou limitações, nas relações sociais, perante a economia e as políticas públicas. Por meio de uma abordagem qualitativa, de pesquisa documental, bibliográfica e análise de dados secundários oficiais. Partindo da análise das metas e planos de ações da Organização das Nações Unidas (ONU) e por meio do Índice de GINI, um dos principais indicadores utilizados para estimar as desigualdades de uma sociedade, demonstrando os parâmetros utilizados para comparação e quais os efeitos e impactos que os novos objetivos da ONU podem gerar na sociedade. Sob um prisma diferenciado, em panorama de debate, com olhar atento às políticas públicas governamentais que geram as causas sociais, levando-se em conta a priorização de buscas sobre as políticas públicas e as áreas fiscais, salariais e como o governo poderia contribuir para a redução da desigualdade no Brasil.

Palavras-chave: Desigualdade social; Políticas públicas; Agenda 2030; ONU; Combate à desigualdade no Brasil.

Abstract

The article aims to analyze social inequality in Brazil, given the pertinence of goal 10.4 of the 2030 Agenda, which aims to reduce social inequality, verifying whether the reduction could generate losses and/or limitations in social relations, in the face of the economy and public policies. Through a qualitative approach, documental and bibliographical research and analysis of official secondary data. Starting from the analysis of the goals and action plans of the United Nations (UN) and through the GINI Index, one of the main indicators used to estimate the inequalities of a society, demonstrating the parameters used for comparison and what are the effects and impacts that the new objectives of the UN can generate in society. From a different perspective, in a debate scenario, with a close eye on government public policies that generate social causes, taking into account the prioritization of searches on public policies and fiscal and salary areas and how the government could contribute to the reduction of inequality in Brazil.

Keywords: Social inequality; Public policy; Agenda 2030; UN; Combating inequality in Brazil.

Resumen

El artículo tiene como objetivo analizar la desigualdad social en Brasil, dada la pertinencia de la meta 10.4 de la Agenda 2030, que tiene como objetivo reducir la desigualdad social, verificando si la reducción podría generar daños y/o limitaciones en las relaciones sociales, frente a la economía y políticas públicas. A través de un enfoque cualitativo, investigación documental y bibliográfica y análisis de datos secundarios oficiales. Basado en el análisis de las metas y planes de acción de la Organización de las Naciones Unidas (ONU) y a través del Índice GINI, uno de los principales indicadores utilizados para estimar las desigualdades de una sociedad, demostrando los parámetros utilizados para la comparación y cuáles son los efectos e impactos. que los nuevos objetivos de la ONU pueden generar en la sociedad. Desde una perspectiva diferente, en un escenario de debate, con la mirada puesta en las políticas públicas gubernamentales que generan causas sociales, teniendo en cuenta la priorización de búsquedas sobre políticas públicas y áreas fiscales y salariales y cómo el gobierno podría contribuir a la reducción de la desigualdad en Brasil.

Palabras clave: Desigualdad social; Políticas públicas; Agenda 2030; Naciones Unidas; La lucha contra la desigualdad en Brasil.

1. Introdução

Partindo da proposta da agenda 2030, em estabelecer plano de ações para pessoas, planeta e a prosperidade destes, e a partir da experiência com os objetivos do Milênio (ODM) que vigorou entre 2000 e 2015, a nova agenda (ONU 2030) ambicionou e avançou nas metas e conferiu grande destaque à dimensão social, com ênfase à erradicação da pobreza, como um dos grandes desafios globais. Sendo este o objetivo 10, e refere-se à redução das desigualdades nos países, e se relaciona com a redução da desigualdade de renda, econômica, política e social de todos, inclusive facilitando a migração, a adoção de políticas que se voltam a promover a igualdade entre os países e dentro dos países (ONU, 2015).

Com a finalização da vigência dos (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio) ODM, neste período a ONU (Organização das Nações Unidas), projetou a “Agenda 2030 que geraria o Desenvolvimento Sustentável” (ODS), que na sua essência consistia em dar continuidade a ODM, portanto teriam mais objetivos, planos de ações e também metas a serem cumpridas, e por meio dos planos conseguiriam celebrar ações com todos os demais representantes dos estados-membros da ONU, incluindo todos os 193 representantes. O objetivo da ODM era gerar diminuição a pobreza extrema, e com a criação do ODS os novos objetivos consistiam no desafio de erradicar o nível extremo da pobreza. A agenda 2030 criada por 17 itens principais para ajudar no desenvolvimento e priorizarem a igualdade. (ONU, 2019)

Importante destacar que a atenção dada à redução das desigualdades, como uma das condições para o desenvolvimento está em consonância com o modelo de desenvolvimento proposta pela Constituição Federal Brasileira de 1988, a qual prevê como um dos objetivos do País, o enfrentamento às desigualdades, através de um modelo de sistema de proteção social de acesso universal e com garantias de direitos sociais. Porém, embora haja, em nossa Lei Maior, esse reconhecimento, a desigualdade social no Brasil é um processo real existente em diversas relações na sociedade. Portanto, traz prejuízos consigo e limitações quanto as relações sociais de inúmeras pessoas, além de restringir a aquisição aos direitos básicos do ser humano, como: saúde de qualidade, moradia, acesso à educação, condições legais de transporte, entre outros. O fato da existência da desigualdade, pode estar relacionado também ao direito a acessos sociais básicos, mas ainda sim tem forte ligação a obtenção de oportunidades.

A adoção de políticas públicas gerou um reflexo na transferência de renda juntamente com o Plano Brasil Sem Miséria que teve início em junho do ano de 2011. O (Ipea) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, relata que o maior responsável pela queda da desigualdade social no Brasil é o projeto criado no ano de 2003 pelo Presidente da República, chamado Programa Bolsa Família responsável por 13% da redução da desigualdade no país, que teve um aumento de utilização de 3 milhões de famílias, para um número estável de 14 milhões desde o ano de 2012. Vigente que até nos dias de hoje, por consequência, esse imenso conjunto de ações criadas por meio do estado brasileiro teve uma repercussão muito positiva no ano de 2012, três anos após o fim das metas que a ONU estabeleceu, o Brasil alcançou o objetivo número 1 do ODM, que teve como intuito diminuir a extrema pobreza no Brasil pela metade existente no ano de 1990. (IPEA, 2014).

Todavia, a desigualdade social de rendas no Brasil vem sofrendo ainda um aumento nos últimos anos, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o aumento sofrido na desigualdade de rendas totais por meio da diminuição da média de renda da parcela da sociedade mais pobre, e também o aumento da parcela dos mais ricos. Segundo os dados disponibilizados entre os anos de 2015 e 2018, teve um rendimento considerado médio mensal de 1% do mais ricos, e aproximadamente 34 vezes mais elevada que a metade dos considerado mais pobres ganhou, portanto no ano de 2017 para 2018 a média caiu de 10% para 3,2%, e a média de ganho dos mais ricos foi de 1% para 8,4%. (IBGE, 2018).

Será analisado especificadamente a meta 4 que é inserida no macro objetivo do ODS 10, que tem como principal objetivo fazer com que a desigualdade dentro e fora do país se reduza, por meio das relações entre os próprios países e através de investimentos nas populações, principalmente nos países e regiões onde se encontra um número maior de pessoas com menos privilégios, pessoas com restrições aos estudos dignos, e saúde. (ONU, 2019).

O principal ponto de análise será as propostas de políticas públicas insuficientes ou ausentes nas áreas citadas acima pela meta 10.4 da agenda 2030 da ONU, onde o mesmo relata a pobreza, a educação de baixo nível, e também a falta de estrutura básica para a população, limitando a vivência individual e coletiva da sociedade.

De início, serão apresentados os dados exploratórios de pesquisas que contemplam a opinião e a visão de alguns autores que contribuíram para o desenvolvimento de como a desigualdade social brasileira vem acontecendo, apresentando uma parte do cenário atual por meio de dados provenientes de pesquisadores institucionais, nacionais, internacionais e sociais.

Como justificativa, serão utilizados os altos níveis de desigualdade social que é experimentada hoje pela maioria da sociedade brasileira com menos favorecimentos, com evidência existe uma necessidade de falar sobre os impactos que a falta de política voltada para a igualdade social pode provocar na vida de cada pessoa, e também sobre as privações de liberdade que os mesmos sofrem e quais as condições são submetidas a viverem. De acordo com a ONU, com a criação do Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), será possível observar se o acordo criado entre eles causa impactos diretamente ou indiretamente na criação de leis e projetos que de alguma forma possa ajudar a estreitar o abismo que existe entre a sociedade mais rica e mais pobre existente hoje. Todavia, serão apresentados quais os níveis de desigualdade e concentração de renda que existe no Brasil hoje, e por meio deste, será possível analisar a agenda 2030 da ONU, identificando se houve ou não o comprometimento do estado brasileiro para as políticas de diminuição da desigualdade.

O objetivo geral será analisar os dados obtidos pelas ações do governo brasileiro que por meio das suas instituições e políticas públicas vem gerando nos últimos anos, através da análise dos instrumentos permitindo assim definir o alcance do cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de número 10, com a meta 10.4 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Os objetivos específicos serão a apresentação dos conceitos que a desigualdade e a concentração de renda podem gerar, e apresentar também a análise da “Agenda 2030 da ONU, objetivo de número 10, a Redução da Desigualdade”, e reconhecer qual a atuação que as instituições do governo brasileiro têm quanto as realizações das metas, a meta 10.4, e como a mesma impactara a desigualdade.

O presente ensaio não pretende apresentar soluções ou ainda estratégias no que se refere a redução das desigualdades, e sim o debate sobre o tema, verificando a adesão da proposição da Agenda 2030, à realidade brasileira, no que se refere à redução das desigualdades, identificado pela análise do índice GINI, a capacidade do Brasil, cumprir o planejamento para o desenvolvimento.

2. Metodologia

Para a pesquisa foi desenvolvido uma revisão integrativa da literatura, que teve primeiramente a escolha dos estudos disponibilizados em plataformas on-line. As pesquisas foram realizadas nas bases de dados: Scientific Electronic Library Online (Scielo), Scopus e no Portal de Periódicos CAPES/MEC, por meio dos Descritores: Desigualdade social no Brasil; Políticas públicas; Combate à desigualdade no Brasil em livre junção dos descritores em grupo, ou de dois em dois obtendo como resultado o conteúdo que possibilitou a construção deste estudo a fim de responder os objetivos e hipóteses desta pesquisa.

A pesquisa descritiva aborda quatro aspectos: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente (Lakatos & Marconi, 1986). Uma revisão abrangente identifica o conhecimento atual sobre um tópico específico, pois é projetada para identificar, analisar e sintetizar os resultados de pesquisas independentes sobre o mesmo tópico, tendo assim um impacto potencialmente benéfico na qualidade dos cuidados prestados aos pacientes (Silveira, 2005). Então observaram que a utilização da revisão compreensiva influencia não apenas no desenvolvimento de políticas, protocolos e procedimentos, mas também no pensamento crítico necessário para a prática cotidiana.

Finalmente, a revisão abrangente é a abordagem metodológica mais ampla para revisão, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não experimentais para obter uma compreensão abrangente do fenômeno analisado. Também combina dados da literatura teórica e empírica, além de uma ampla gama de objetivos: definição de conceitos, revisão de teoria e evidências e análise de questões metodológicas em tópicos específicos. A grande amostra, aliada à diversidade de propostas, deve gerar um panorama consistente e compreensível de conceitos complexos, teorias ou questões de saúde relacionadas ao cuidado (Whittemore & Knaf, 2005).

Além dos dados estatísticos produzidos dados, que através do portal da ONU, no qual foram fornecidos dados e informações o suficiente para entender o significado e a importância dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), o mesmo relata levantamentos que norteiam como o governo brasileiro deveria desenvolver e cumprir com a Agenda 2030 criada pela ONU. O presente trabalho busca analisar características quantitativas e qualitativas, o objetivo gerando uma análise por meio dos dados obtidos pelas ações do governo brasileiro que através de suas políticas públicas e instituições vem gerando nos últimos anos, através das análises instrumentais permitindo a definição e cumprimento do ODS, de número 10, com a meta 10.4.

Para esse artigo foi desenvolvido uma revisão integrativa da literatura, que teve primeiramente a escolha dos estudos disponibilizados em plataformas on-line. As pesquisas foram realizadas nas bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Scopus e no Portal de Periódicos CAPES/MEC, por meio dos Descritores: Agenda 2030, ONU, redução e desigualdade, com a utilização dos booleanos “or” e “and” em livre junção dos descritores em grupo, ou de dois em dois obtendo como resultado o conteúdo que possibilitou a construção deste estudo afim de responder os objetivos e hipóteses desta tese.

A seleção dos estudos deu-se primeiro pelos títulos e resumos, como critério de inclusão foi utilizado pesquisas realizadas no sobre a Agenda 2030. Como critério de exclusão foram utilizados os artigos que apresentassem apenas resumos, trabalhos de conclusão de curso, aqueles que não disponibilizassem o texto completo e temática insatisfatória à pesquisa.

3. Referencial Teórico

A Constituição Federal Brasileira de 1988, já reconhecia, antes mesmo da Agenda 2030, a relação entre redução de desigualdades sociais e regionais e o desenvolvimento. E ainda previu como um dos seus objetivos fundamentais a promoção do “bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Brasil, 1988).

O tema, desigualdade social, tem sido extremamente debatido entre diversos autores que escrevem sobre a sociedade moderna, traz consigo inúmeras consequências e que de alguma forma esteja ligado ao ciclo dependente da pobreza, como também sua relação com a exclusão social. Um dos mais importantes e principal autor sobre esse assunto é chamado de Thomas Piketty, o mesmo disserta sobre as dinâmicas ocorridas por diversas destruições de renda e de qual forma está impacta na vida social e financeira da população. Segundo Piketty (2014) o sistema da atualidade capitalista está longe de ser perfeito, e traz consigo interesses sensíveis populacionais, os mesmos deveriam ser discutidos e concertados a fim de gerar uma sociedade mais junta e igualitária, e o seu ponto de partida principal é a desigualdade gerada por meio deste sistema.

Todavia, é necessário analisar as políticas públicas, que podem propiciar a redução da desigualdade social, bem como, os processos de governança urbana, em conjunto com o debate das ciências sociais. Healy (2006), traz que a governança urbana, sofreu transformações nos últimos 20 anos, e focou-se mais na mudança de governança das cidades e regiões urbanas, pois as novas políticas europeias seriam de integração, perante o impacto da globalização na importância relativa do Estado.

Destaca Healy (2006) que inicialmente, analistas estruturais(Castells, 1977), descreveram cidades como locais para a organização do “consumo coletivo” e a organização do bem-estar, e que esta poderia então abranger políticas racionais

baseadas em interesses e clientelismo e que, por que razão, as mudanças na governança urbana foram vistas como estruturadas e contestadas com relação a forma e a distribuição de bem estar, e o equilíbrio entre o social e o econômico, além da tendência de alguns em buscar interesses privados sob o interesse público. Porém, na década de 80, veio a se esclarecer que as elites urbanas estavam preocupadas com suas economias, e em especial nas áreas afetadas pelo declínio das indústrias.

Ocorreu na verdade, mudança de gerencialismo para empreendedorismo e na década de 1990, a teoria buscou mudanças nos processos de governança, do “modo de regulação” paralelo com a mudança nos “modos de acumulação” (Jessop, 2000), e os procedimentos de formas diferentes e em áreas diferentes, como uma espécie de prática de projetos em diferentes áreas da atividade de governança. Conforme o entendimento de Healy (2006):

“As políticas de combate à pobreza passaram de um foco na distribuição de acesso a moradias e benefícios de bem-estar para projetos de capacitação dos cidadãos e regeneração de áreas.” (Healy, 2006)

Temos, então que compreender que as políticas públicas, compreendem ações e intervenções direcionadas, também, ao denominado por Castells (1969) sob o rótulo de planejamento urbano “urban planning” na literatura anglô-saxônica, pois define como sendo uma série de intervenções nas quais as características são direcionadas como:

“um conjunto de mapas, programas e declarações políticas que servem como um guia para a ação pública ou privada, ou, ainda como a aplicação de previsões para alcançar determinados objetivos pré-estabelecidos relativos ao crescimento e desenvolvimento das áreas urbanas. (Castells, 1969 apud Bollens, 1965)

Castells (1969) sustenta que o planejamento urbano em geral pode ser entendido como a intervenção do sistema político no sistema econômico, com o objetivo de regular o processo que ele denomina de reprodução da força de trabalho, que é o consumo e a reprodução dos meios de produção, o que então supera contradições do interesse geral e assegura a subsistência. Sendo então que o planejamento é autônomo com relação a grupos sociais específicos, e as relações sociais organizadas distribui o que se chama de sistema de atores, que são os indivíduos ou grupos receptores do planejamento.

Partindo sempre de uma análise sociológica, Castells (1969) destaca a determinação estrutural das políticas urbanas, afirmando que uma política urbana: “é um conjunto de decisões relativas aos processos próprios de uma unidade urbana, é um efeito do sistema urbano sobre si mesmo por meio de uma ação realizada por seu sistema de atores. (Castells, 1969)

Sendo fato, que os analistas, reconhecem a importância das instituições para a transformação da governança, diante da relevância das instituições na formação da ação social, já que de acordo com Healey (2006) os analistas urbanos compartilham do reconhecimento da importância das instituições, “por meio das quais a ação é mobilizada e regulada e, portanto, é até certo ponto um institucionalista, como as cientistas políticas reconhecem (Healey, 2006).

E assim, as instituições podem ser entendidas como um conjunto de normas, regras e práticas que estruturam a ação em contextos sociais, de acordo com o entendimento de Giddens, 2017; (Powell & Dimaggio, 1991) que no entendimento de Healey (2006) a ação social é constituída por pessoas agindo em relação às outras, e não apenas pela busca do que o autor denomina como “cálculo racional” individualizado. Partindo o autor de uma visão sociológica de institucionalismo, afirma que o termo governança teria dupla conotação.

Na verdade, persistem diversas concepções de instituições e o estudo de Hall e Taylor (1996) demonstrou que cada interpretação de instituições leva em consideração, tanto as próprias versões do institucionalismo como o comportamento, pois analisa as estruturas, o poder, e as teorias de mudança institucional. Sendo que, todos os institucionalismo tentam explicar as formas como as instituições moldam o comportamento e as formas como a gênese institucional e a mudança ocorrem, bem como sua relação entre a estrutura e a agência.

O Brasil, na busca, pelo desenvolvimento, e busca de redução das desigualdades, tem planos, programas de ação, e Segundo Silva (2007), que cita em seu trabalho o programa de renda o Bolsa Família, este programa que foi criado no ano de

2003 pensando na solução de curto prazo que a transferência de renda poderia trazer, foi pensando também em longo prazo impondo a relatividade em que a família pudesse manter os seus filhos que fossem vinculados a uma instituição de ensino público para que o bolsa família fosse disponibilizado. Deste modo, a longo prazo, a ação seria capaz de paralisar o avanço da pobreza (Silva, 2007).

Este programa, pode ser entendido como instrumentos de distribuição de recursos de forma desigual, e, portanto, ajudam a constituir atores coletivos assimétricos, conforme entendimento de Mahoney (2010), citado por Hall e Taylor (1996) quando este autor define o institucionalismo histórico, onde afirma que as instituições são vistas como possuidoras de um papel importante no tocante à distribuição de recursos escassos.

O programa Bolsa Família teve início a partir do antigo programa chamado Fome Zero, foi criado em 2001 com foco na distribuição de alimentos, o mesmo não teve uma repercussão muito positiva devido as dificuldades institucionais, e políticas. Quando o governo notou que o programa não estava tendo bom proveito substituíram o mesmo pelo seu sucessor, o programa Bolsa Família, este diferente do outro ele tinha como características transferir renda não condicionada apenas para produtos alimentícios, e o principal seguro para as famílias receber este benefício era a frequência dos seus filhos nas escolas. (Tomazini & Leite, 2015).

“Exclusão é um processo complexo, multifacetado, que ultrapassa o econômico do ponto de vista da renda e supõe a discriminação, o preconceito, a intolerância e a apartação social” (Sposati, 1999. p.103).”

Tendo como exemplo a Constituição Brasileira, o Estado Brasileiro é o principal responsável por atender demandas sociais, e também combater a exclusão social no país, e com isso garantir o bem-estar da população através dos serviços básicos para uma vida digna e sem restrições sobre o básico. Segundo Piketty (2014), Sposati (1999) e Silva (2007), eles reforçam como principal narrativa o qual farei uso, o autor Amartya Sen, tem como principal ponto no trabalho falar sobre ter a noção de que a pobreza não somente se resume basicamente na insuficiência de renda, por tanto utiliza-se as noções do que a pobreza poderia causar, e quais os reflexos da ausência de liberdade do indivíduo que poderiam se manifestar através da falta de estudos de qualidade, exclusão social, e o desemprego, dentre diversos atributos considerados essenciais para uma vida digna e com qualidade. (Sen, 2002).

Por meio das opiniões dos autores, torna-se possível o entendimento e qual a necessidade de se haver debates sobre a desigualdade, e o quão importante este assunto é na atualidade, como também os impactos diretos que o mesmo pode causar na vida da população, principalmente na vida da grande maioria que não estão entre os 20% mais ricos da sociedade brasileira.

Segundo o cerne histórico das ciências sociais desde sempre existem distintas definições sobre o que de fato são as desigualdades sociais. Mesmo que existem inúmeras variações em suas definições, sempre dependeu teoricamente de como eram elaboradas e para quais fins as mesmas eram criadas, pois se dependesse dos interesses políticos e analíticos suas definições poderiam ser alteradas. Ao final do século XX adotaram-se uma definição um pouco neoclássica de desigualdade como sendo as disparidades de acesso ou até mesmo de restrições que as liberdades individuais causariam. Deste modo, a análise em que é utilizada é sobre a renda individual encontrada dentro de cada país, como o índice de GINI, o mesmo torna-se de fundamental importância a realização de cálculos a níveis de desigualdade que a sociedade vem experimentando a tanto tempo. (Costa, 2019).

Segundo Fernandes (2000), a caracterização de desigualdade está relacionada a diferenciação social dentro das classes sociais em que a distribuição de riqueza entre toda a população acaba por gerar exclusão social. O momento em que é vivido hoje é extremamente revolucionário, pois nos tempos antigos a sociedade considerada tradicional tratava a desigualdade social como um destino não passível de melhora ou mudança, a população mais pobre não tinha perspectiva nenhuma de vida, já a população mais rica tinha como pensamento que a riqueza deles eram justificadas por meios de seus merecimentos. Nos tempos atuais, a desigualdade é tratada pela população em geral como uma injustiça, e isso substituiu a antiga percepção de

possuir ou não a liberdade e a riqueza material, pois não é algo predestinado. (Fernandes, 2000).

Torna-se de extrema importância demonstrar quais são os tipos de desigualdades existentes, são existentes dois principais tipos, desigualdade gerada por meio do capital, e outra gerada pelo salário. Normalmente as desigualdades são criadas por meio do capital que são essencialmente maiores que as geradas através da distribuição de renda via salários, isto acontece porque as pessoas que têm rendas do capital são mais passíveis de terem acesso a melhores oportunidades de investimentos rentáveis, e por consequência essa mesma pessoa pode direcionar mais tempo do seu dia fazendo com que se adquira mais conhecimentos e especializações. Outro exemplo é o indivíduo que por meio de herança recebe algum bem ou valor, e este tem uma maior possibilidade de ampliar o seu capital com relação a alguém que não conta com esta possibilidade. Através das estatísticas pode-se comprovar que aqueles que possuem salários desiguais ou menores, normalmente tendem-se a concentrar-se no topo da pirâmide da desigualdade. (Piketty, 2014).

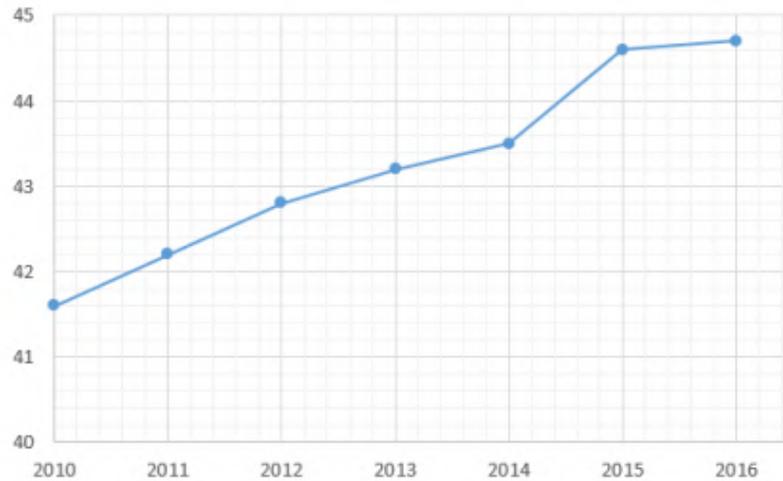
4. Resultados e Discussões

O problema principal envolvido em todas as discussões sobre desigualdades de modo geral é como o passar dos anos o governo consegue apresentar tantos resultados positivos relacionados ao crescimento econômico bem como na geração de riqueza. O crescimento econômico tem como significado o aumento da riqueza global, e isso significa mais dinheiro e poder econômico as pessoas passam a ter, e na teoria se o mesmo fosse distribuído de maneiras igualitárias pode se proporcionar a população uma vida mais digna isenta de qualquer tipo de restrição de liberdade.

“De 1990 a 2015, o percentual de extrema pobreza passou de 36% para 10% da população mundial, com queda média de um ponto percentual ao ano”. (ONU, 2018)

Todo esse crescimento é proporcionado por meio do sistema de hegemônico capitalista foi o que melhor combinou e gerou prosperidade para uma parte da população global, ainda sim sabemos que está longe de se tornar um modelo perfeito, portanto o atual sistema segrega, exclui, e age de maneira mais seletiva em relação à liberdade de cada cidadão periférico. Todavia torna-se possível identificarmos que por meio do (PIB) Produto Interno Bruto, sabermos qual a efetividade do dinheiro estar indo para as mãos da massa trabalhadora, e analisar historicamente a remuneração do trabalho. Quanto maior a fração do PIB for concentrado junto aos detentores do capital que vivem de lucros, mais se retiram a renda do trabalho, em por sua essência tem como fator principal onde a grande maioria das famílias que por sua vez fazem parte da classe trabalhadora recebem seus rendimentos. (IBGE, 2018). A seguir, no Gráfico 1, nota-se a evolução na fração das remunerações do trabalho por meio do PIB.

Gráfico 1 – Participação De Renda Do Trabalho No Pib De 2010 A 2016 Em %.

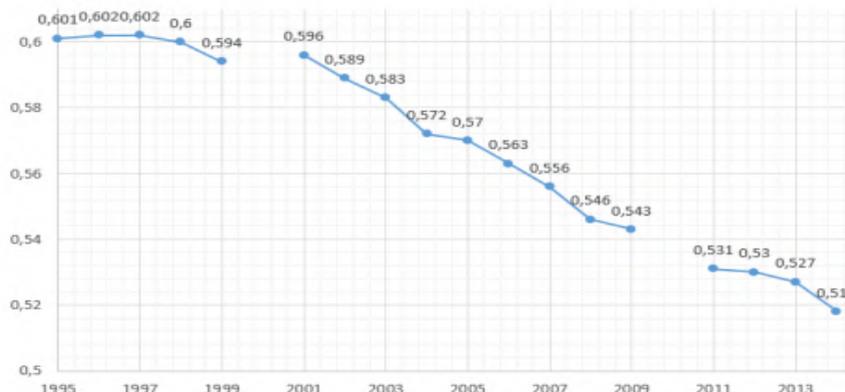


Fonte: IPEA, 2019, P. 13

Segundo Souza (2004), o modelo político brasileiro de inclusão e desenvolvimento pensado em meado do século XIX pode ser considerado ultrapassado na nossa atualidade, por meio do seus preceitos básicos se dá conta que o crescimento econômico pode ser a solução para que possamos conseguir reduzir a desigualdade no Brasil e com isso promover a inclusão, portanto isso acontece por meio da modernização da sociedade que tem o crescimento acompanhado de sua naturalização da desigualdade social, e ocorre cada vez mais frequente em grandes centros e que massificam sua população com rapidez, provocando a marginalização.

Segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) o índice de GINI cada vez mais vem se evoluindo de uma forma consecutiva desde o ano de 2001 quando o mesmo marcou 0,596, e desde então passou a registrar quedas consecutivas até o ano de 2014 onde chegou a marcar 0,518. (IPEA, 2016).

Gráfico 2 – Evolução Do Gini Brasileiro (1995-2014).

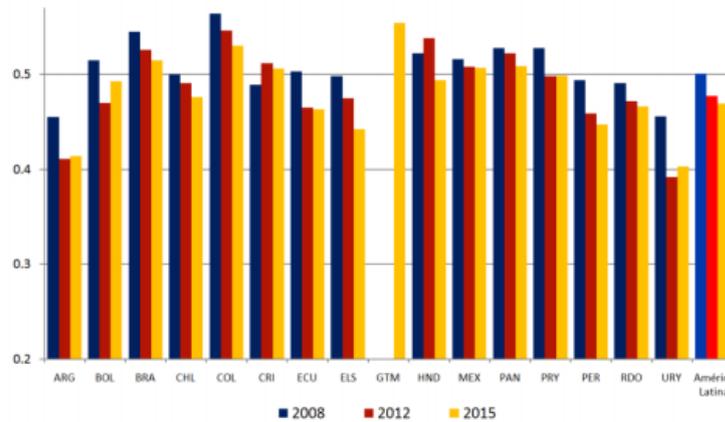


Fonte: IPEA (2016).

Este gráfico demonstra resultados que o Brasil ainda se encontra pendendo mais para o lado extremo e de maior desigualdade, portanto pode haver uma consideração notável no seu avanço positivo destes pesquisadores. Esta evolução não traz resultados exclusivos do Brasil, no próximo gráfico demonstraremos a evolução do GINI entre os anos de 2008 e 2015,

que aconteceu em diversos países da América Latina.

Gráfico 3 – Evolução Do Índice De Gini Na América Latina 2008-2015.



Fonte: Comissão Econômica Para América Latina (Cepal), 2016, P. 5

Segundo Rego e Pinzani (2013), a desigualdade social não se resume apenas em dinheiro ou bens materiais, a mesma é experimentada desde o nascimento e consequências diretos em seu caminho de vida infantil até adulto. O fato de o indivíduo ter uma condição de vida financeira mais baixa estatisticamente ter um acesso restrito a educação de qualidade, e isso significa que na grande maioria das vezes as habilidades como ser humano dificilmente serão desenvolvidas, pois o mesmo além das inúmeras privações de liberdades, também estão preocupadas com a forma com que se satisfará suas necessidades básicas.

A falta de investimento na educação de qualidade pode implicar em uma tendência com crescimento de supervalorização dos salários da mão de obra dada como qualificada e existente, e por consequência gera o crescimento da desigualdade, isto porque ocorre um achatamento nos rendimentos da massa mais pobre localizada na sociedade que em sua grande maioria não possui educação qualificada e diante disto passam a aceitar salários cada vez mais baixos e por muitas vezes com oportunidades menores de crescimento.

4.1 Agenda 2030 Fundamentada Na ONU (Organização Das Nações Unidas)

A área de maior abrangência em relações internacionais é fundamental para que juntos possamos estabelecer uma conexão entre a desigualdade e como trabalhar para solucionar este problema, principalmente no Brasil devido ao histórico de mantenedor das desigualdades culturais, sociais e patrimoniais. Por meio deste sentido é dada a complexidade e interdependência do sistema internacional, os empenhos em escala mundial tornam-se uteis para que sejam promovidos internamente o seu desenvolvimento sustentável que por sua vez são considerados mecanismos com bastante utilidades e que através de uma visão externa podem ajudar o mundo a compreender melhor e realidade interna. Por meio de ajudas e influências dos players internacionais torna-se possível ir quebrando paradigmas aos poucos aos quais foram pensados como pouco passíveis de mudanças por meio da cooperação entre as sociedades e culturas. (Menezes & Minillo, 2017).

Como a ONU é uma instituição naturalmente heterogênea é de se esperar que a mesma passasse por inúmeros questionamentos e tensões quanto a sua efetividade em relação as suas ações e arranjos atuais. É importante lembrarmos que desde a sua fundação, ocorreu um aumento significativo do número de estados que passaram a ser membros da ONU, especialmente em função da descolonização mundial que foi criada em meados da década de 1960 e 1970. Com a associação dos novos atores, discursos novos também foram adicionados às agendas da instituição, e isso significa que a demanda por discursos e ações da organização deveriam ser incorporadas a agenda a fim de contemplar e atender as necessidades dos

países. Por isso, novas competências foram criadas e adicionadas, e com o aspecto de atuação da instituição, e passaram a atuar não só nas áreas de conflitos, mas na saúde, no desenvolvimento, e na sustentabilidade dos países. (Jubilut, et al., 2016).

De tempo em tempo as agendas sofrem atualizações que sinalizam quais serão as novas preocupações da sociedade atual, e assim apontar para onde devemos concentrar os esforços para buscar uma sociedade que ofereça condições básicas melhores, e uma vida social e profissional mais digna a todos.

Seguindo a linha de raciocínio da Agenda 2030, ela conta com a inclusão inédita do objetivo 10, que é demonstrar grande parte da sociedade atual, e se estão cientes da desigualdade econômica vivida nos dias de hoje e como isso pode afetar diretamente o rendimento daqueles que vivem com pouco rendimento. Entender as inúmeras diferenças e pensar em como pode solucionar e redistribuir melhor a riqueza encontrada no mundo, isso tem se tornando um assunto falado e bastante discutido em vários lugares, a sociedade em geral tem tomado consciência cada vez mais de que a riqueza se tornou necessária desde que seja distribuída, fazendo com que ninguém precise viver privado das mais básicas liberdades, nota-se hoje no mundo o número altíssimo de indivíduos que vivem com inúmeras riquezas guardadas, enquanto ainda existem pessoas que vivem subnutridas.

“Especificadamente a meta 10.4, submeta do Objetivo 10 das ODS, estabelece que os países devam “adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade” (ONU, 2015, p. 29).

Diante das estatísticas e dos fatos que são apresentados acerca da realidade social e pouco igualitária, no Brasil, o tema específico do ODS 10, que tem como importância lutar pela redução dos níveis desiguais sociais brasileiros, visando de modo geral a redução da desigualdade para que o objetivo de desenvolvimento com sustentabilidade se torne a nova realidade, e assim fazer com que a meta 10.4 se cumpra, pois a mesma consiste em promoção de políticas que contemplem os esforços promovendo progressivamente um nível de desigualdade maior através das políticas fiscais, salariais e da proteção social.

A agenda do Brasil traz consigo elementos que orientam a reflexão e oposição brasileira junto as suas orientações que estão ligadas a documentos responsáveis por criar a ODS e definir suas diretrizes. Alguns dos itens que são chamados de orientadores fundamentais, trata-se da aniquilação da pobreza, e o que deverá ser realizado pelo governo brasileiro, para que a vulnerabilidade seja reduzida junto a exclusão social. A diferenciação é um item com bastante relevância, pois traz consigo a ideia de que para que as implementações da agenda deem certo, faz se necessário que cada objetivo se adapte levando a realidade de cada região. A inclusão, e o enfoque de direitos, seguindo os documentos, são consideradas como pilar central a nível mundial para que o mesmo alcance o desenvolvimento previamente discutido nas diretrizes centrais do ODS. O Brasil se posiciona e respeito do monitoramento da ODS e segue a lógica que o mesmo seja considerado como uma realidade individual que cada país enfrente, seguindo a capilaridade dos ODS que leva em consideração a participação de toda a estrutura social, e isso inclui os esforços do próprio governo para cumprir as metas que são estabelecidas. (Brasil, 2014).

Cabe ainda estabelecer qual a relação e a influência que a ONU, pode exercer sobre um determinado país, e também como as instituições internacionais e a elaboração de políticas nacionais têm. Se as instituições internacionais por um lado não podem intervir diretamente em um estado, pois deve-se respeitar a soberania nacional, por outro lado elas conseguem influenciar na elaboração de políticas nacionais que vão de encontro aos propósitos definidos.

Por fim, entra nesta parte do trabalho salientar sob a ótica em que a ONU em sua condição de instituição internacional faz parte que tem capacidade de influência direta na tomada de decisão do sistema internacional que age em sua maioria como interlocutores do próprio Estado. Além disso, são consideradas também como espaços de discussões e decisões que são usadas para intermediar os interesses dos estados ao ambiente anárquico com alto índice de complexo e interdependente. (Hernandez, 2015).

Ainda pode-se citar no trabalho desenvolvido Davey (1993), que trata o papel do Banco Mundial, que chamou a atenção para o sucesso inicial de mecanismos como Orçamento Participativo, para trabalhar a atuação quando se baseia em três critérios: mobilizar recursos para financiar os serviços da cidade; melhorar a gestão financeira desses recursos; e organizar órgãos municipais projetados para aumentar a eficiência e a capacidade de resposta dos serviços da cidade. Essa participação institucionalizada, ou seja, participação que ocorre em iniciativas nacionais - sejam elas da vontade da lei ou executivo ou legislativo, muito claramente, porque é o Estado que controla o processo. Observar processos recentes de governança metropolitana ajuda a entender esses limites (Stren, 1993).

4.2 Atuação Das Instituições Do Governo Brasileiro: Meta 10.4

O Brasil se encontra em uma posição de processo no quesito de engajamento na construção dos ODS, para isso foram criados inúmeros foros de discussões que serviram como auxílio no processo de toma de decisões para que os ODS fossem implantados. O Brasil se tornou protagonista do seu próprio governo por meio de criações de grupos interministeriais, e órgão públicos que criaram documentos de orientações “Negociações da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015: Elementos Orientadores da Posição Brasileira”, este que ficou responsável por nortear as diversas ações brasileiras para a realização e cumprimento das metas. (MRE, 2014).

O governo brasileiro criou uma estrutura que implementava dos ODS um fruto de criação do Decreto nº 8.892 que instituiu a primeira comissão que seria responsável pela implementação bem como também promovia a transparência ao processo dos ODS, como pode ser visto na Figura 1, a mesma era consultiva e responsável por realizar interlocuções e elaboração de estratégias que eram necessárias para a implementação com a sociedade civil e o governo. A escolha das entidades que eram responsáveis por este processo tinha por duração dois anos e eram feitas por meio de editais públicos que promovem assim as contribuições plurais para a implementação da agenda. Hoje participam da atual gestão as instituições que simbolizam os mais diversos segmentos brasileiros presentes em diversas regiões, são eles: Setor produtivo nacional, entidades sem fins lucrativos, governos estaduais e distritais, setor de pesquisas e extensões, governo municipal, e além do assessorado técnico que é feito pelo IBGE e IPEA. (Ferreira, 2018).

Figura 1 – Mapa Das Organizações Da Estrutura Responsável Pela Implantação Dos Ods.



Fonte: Ferreira (2018).

A escolha pela meta 10.4 recai sobre o fato de o Brasil estar em uma posição de desigualdade muito elevada entre os demais países e o mesmo possui um sistema tributário que traz privilégios para os detentores que tem grandes acumulações de

capital. Consequentemente é impossível estabelecer uma discussão que vise reduzir a desigualdade sem ao menos passar por uma discussão política tributária, e este é um dos itens principais de discussão multitemática da meta 10.4. Além dos indicadores financeiros, a meta traz consigo indicadores e discussões sociais que podem ajudar na explicação de o porquê o Brasil ser um país tão desigual dentro das relações sociais, e assim levantamos temas sobre preconceitos, cor, gênero, desigualdade salarial por raça, e como e realizada as políticas públicas que promovem a equidade.

Curiosamente, apesar da ampla divulgação desses argumentos, a incorporação do neoinstitucionalismo na análise urbana é baixa (Lowndes, 2001). A primeira dimensão institucional central é Federalismo, pelo menos no Brasil como podemos ver no tratamento do governo e seus indicadores.

Os indicadores sociais são como instrumentos que são necessários para monitorarem dados provenientes da criação de políticas públicas específicas, e no caso dos ODS, existe uma grande porção deles que são utilizados para que o dimensionamento da efetividade seja ou não um dos objetivos e metas propostas. Estes foram divididos em três diferentes categorias que foram estabelecidas pelo Grupo Interinstitucional e de Especialistas (IAEG-SDG), os mesmos foram nomeados como Tier I, Tier II e Tier III. Existe uma diferença entre a categorização destes indicadores que consistem na avaliação dos seus indicadores, se eles possuem metodologias e se os seus dados estão sendo produzidos de maneiras regulares. O indicador reúne indicadores que possuam metodologias e regularidades de publicações dos dados isso ocorre na primeira classe, na segunda o indicador é classificado somente aquele que possui metodologia boa, e na classe final são classificados aqueles que não possuem regularidade e nem metodologia. (Lima, 2016).

Então por sua vez a meta de número 10.4 está classificada como Tier I, ou seja, a mesma possui específicas metodologias e por meio disto conseguem analisar os dados necessários para a aferição da efetividade das ações políticas ou não, e que contemplem a meta com boa regularidade. (IPEA, 2018).

Os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) criado pela ONU são compostos por 17 principais objetivos, e cada um deles possui submetas específicas que no geral conseguem designar as ações para os próximos 15 anos para o cumprimento de boas estratégias para o bom desenvolvimento humano do planeta, como pode ser visto na Figura 2. A Agenda 2030 contém áreas de distintas atuações, e entre elas a área de pessoa que tratam a redução da fome até chegar ao patamar zero, e consistem em promoções de políticas que propiciem ambientes livres de restrições para que a sociedade consiga alcançar seu potencial.

Figura 2 – ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da ONU.



Fonte: Ministério das Relações Exteriores 2018.

A mais importante e reconhecida atuação do Governo Brasileiro frente ao combate à extrema pobreza até o final das vigências das ODM, no ano de 2003 foi criado o programa Bolsa Família, vigente até nos dias de hoje, este tem como objetivo

combater a extrema pobreza e a desigualdade de renda no Brasil. Os seus principais objetivos consistem em complementar a renda familiar com o acesso a direitos fundamentais como, por exemplo, garantir o direito ao estudo e também a integração com diferentes políticas sociais, e juntas tem como objetivo romperem com o ciclo de pobreza garantindo melhores condições de vida para a inclusão social do ser humano (Brasil, 2004). Além de o Bolsa Família, também houve outros projetos com significados na contribuição ao impacto positivo na redução da desigualdade, Programa Luz para Todos, Educação de Qualidade para Todos, Fortalecimento e Dinamização Da Agricultura Familiar, Cadastro Único, e outros.

“Outra ação importante do governo brasileiro que conversa para o cumprimento da meta de número 10.4 é o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, elaborado a cada quatro anos, o PPA de acordo com a Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016 institui diretrizes, objetivos e metas para que a máquina pública implemente a gestão de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável, inclusão social, melhoria da qualidade dos serviços públicos, e outros. Em seu artigo 4º, inciso I, IV, V, VII, respectivamente, “o desenvolvimento sustentável orientado pela inclusão social”, “o estímulo e a valorização da educação, ciência, tecnologia e inovação e competitividade”, “a participação social como direito do cidadão” e o “o aperfeiçoamento da gestão pública com foco no cidadão, na eficiência do gasto público, na transparência, e no enfrentamento à corrupção” (Brasil, 2016).”

Desta forma pode-se perceber que há uma relação evidente do PPA com a meta de número 10.4 da ONU que neste mesmo sentido conseguem compartilhar as mesmas diretrizes e assim conseguem impulsionar o crescimento, a redução da desigualdade em todos os aspectos, e a sustentabilidade.

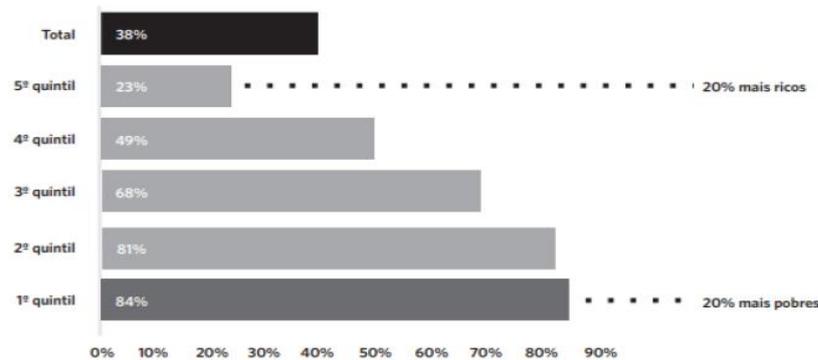
O Brasil tem uma política tributária que caracteriza em sua maioria a política de impostos regressivos, isto ocorre porque o sistema tributário privilegia pessoas com mais riquezas e onera de maneira proporcional quem está no meio e na base da pirâmide financeira que por meio das tributações consideradas mais incisivas são menores propriamente em impostos do tipo IPTU, e quando falamos em tributos de lucros, este é completamente isento.

De acordo com Piketty (2014), capital pode ser considerado como uma riqueza acumulada por um indivíduo, e o mesmo pode ser obtido através de lucros empresariais, aluguéis, compras de ações de empresas, entre outros, e então podem ser considerados como capitais.

Não cabe aqui discutir em detalhes como esses processos destacaram a política na nova estrutura. Mas em todos os casos a importância do capital no desenvolvimento urbano na formulação e implementação de políticas, às vezes com reduzir o controle público ou democrático. Como trabalhado Vivien Lowndes (2001), por outro lado, acrescentou influência institucional nesta área, formas de políticas e atores estatais, estabelecendo importantes pontes para o neoinstitucionalismo histórico.

E importante ter em mente que o aumento do consumo da classe considerada mais pobre na sociedade não significa que a sua estrutura de desigualdade mudou, pelo contrário, após a gestão do Partido dos Trabalhadores houve uma redução na desigualdade social no Brasil, mesmo a sua estrutura de mantendo, por fim é correto dizer eu as políticas sociais quando voltadas à base da pirâmide financeira tendo em vista aqueles que são considerados em situação de pobreza extrema, não fazem com que a base da estrutura da desigualdade, e faz com que o Brasil continue sendo considerado uma das nações com maior índice de desigualdade no mundo todo, como pode ser visto na Figura 3. (Barbosa, 2012).

Figura 3 – Ganho de Renda por Classe entre 2002 e 2015.



Fonte: CAMPELLO et al. 2018, p. 11

Com base nas análises apresentadas na Figura 4, inegavelmente ocorreu uma ampliação da renda em diversas estratificações sociais, e em especial sobre a camada mais pobre que está representada pelo primeiro quintil conforme foi disposto. Diante as informações que já foram apresentadas aqui, conseguimos destacar como responsáveis por grandes resultados que aumentou e ganhou real do salário-mínimo, criando programas de assistência social, e incentivo a formalização do trabalhador, vagas de empregos nas áreas da construção civil fazendo com que o mesmo chegasse à população que habitam na periferia e que tem baixa renda. (Campello et. al. 2018).

5. Considerações Finais

Este trabalho conseguiu alcançar uma possível avaliação sobre as características de influência das Organizações Internacionais que esta frente à construção de políticas que estão voltadas aos atendimentos dos seus interesses, e também como a atuação e a influência institucional e política conseguem elaborar políticas que se encontram a seus objetivos, e faz com que os mesmos se tornem reais aos planos estratégicos.

Perante as informações que foram aqui apresentadas, a ONU (Organização das Nações Unidas) através dos ODS (Organização de Desenvolvimento Sustentável) tem uma grande importância na influência das correntes de pensamentos e de ações que realizarão aos atuais e futuros governos, desde então passaram a elaborar políticas que contemplem qual a necessidade do planejamento sustentável, e a redução da desigualdade social, e financeira que está enraizada no Brasil. Os objetivos e as metas que foram impostas com grandes inovações no campo das relações internacionais, está relacionada a agenda 2030 da ONU e está será acompanhada de uma forma mais inovada por indicadores internacionais, regionais e nacionais, e isso faz com que o acompanhamento e o cumprimento das metas e objetivos possam ser monitorados de uma forma mais clara e isso também servira oportunamente como um grande indicador para avaliar diferentes políticas públicas, ou até mesmo a ausência criada ou até mesmo pelos diferentes tipos de governo que viveram a vigência dos ODS, e isso faz com que sejam analisadas da sua eficácia em relação a concretização dos objetivos e das metas que estão sendo buscadas por meio do Estado Brasileiro.

Sabe-se que a desigualdade social pode gerar uma exclusão social, e isso potencializa a restrição à liberdade que são percebidas apenas por quem sofre com a falta de assistência que o governo deveria proporcionar. Um pouco mais de conforto e bem-estar deveriam ser levados mais a sério e proporcionados por direito constitucionalmente garantido, fazendo com que a sociedade que vive na miséria extrema consiga se libertar não apenas por meio da transferência de renda, mas também com boas oportunidades de empregos.

Durante o governo de 2003 a 2011, houve um decréscimo da desigualdade que é medida no país inteiro, e a sua

política que redistribuíam as rendas trouxe um alívio para os que viviam em uma linha de pobreza com grandes dificuldades, e que até mesmo não conseguiam garantir sua própria refeição diária. Por meio do programa de transferência de renda direta, o governo conseguiu lançar uma melhora na condição de milhares de pessoas que residem no Brasil. Através das ações das gestões passadas do governo brasileiro tornou-se possível alcançar grandes Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, e também fazer uma nação se destacar por meio de termos de alcances de objetos terminamos muito antes do prazo estabelecido. E ainda sim o Brasil continua classificado como uma das nações com o índice de desigualdade maior em todo o mundo.

Estudos apontam que para que aconteça uma interrupção do ciclo de pobreza e para que aconteça verdadeiramente o desenvolvimento sustentável, torna-se necessário que os investimentos governamentais em políticas equitativas e educação de qualidade.

Por fim, há muito ainda o que ser explorado sobre novos conteúdos específicos sobre o tema, especialmente em relação aos novos acontecimentos da política Brasileira, em 2019 foi um ano marcado por grandes alterações profundas na esfera política e da segurança social, as mesmas certamente causaram impactos aos indicadores atuais de concentração de renda e de pobreza, e assim compreender melhor a realidade que habitamos e que também lutamos por nossos direitos, abrindo assim possibilidade para novos trabalhos sobre a temática.

Referências

- Alves, J. E. D. (2015). Os 70 anos da ONU e a agenda global para o segundo quinquênio (2015-2030) do século XXI. *Revista Brasileira de estudos de população*, 32, 587-598.
- de Freitas, G. G., Gómez, G., Dowbor, M., Amorin, R., Barbosa, R., & Callil, V. (2012). *O Brasil real: a desigualdade para além dos indicadores*. Outras Expressões.
- Brasil. (1988). Constituição da república federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico.
- Brasil. (2016b). Decreto n. 8.892, de 27 de outubro de 2016b. Cria a Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico
- Brasil. (2004). Lei. n° 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico.
- Brasil. (2016a). Lei n° 13.249, de 13 de janeiro de 2016. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico.
- Bollens J., & Schmandt, H. The Planning Challenge, in *M etropolis*, 1965, p. 247-307.
- Cassin, M. P. D. S. (2016). As políticas sociais nos governos do PT e a consolidação da hegemonia burguesa no Brasil. *Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais*, 4.
- Castells, M. A. *Questão Urbana* (Londres: Edward Arnold). 1977.
- Castells, M. A. (1969). Vers une théorie sociologique de la planification urbaine. *Sociologie du Travail*. 4, 413-443.
- Campello, T., Gentili, P., Rodrigues, M., & Hoewell, G. R. (2018). Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. *Saúde em Debate*, 42, 54-66.
- Costa, S. (2019). Desigualdades, interdependência e políticas sociais no Brasil. *Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas*. Rio de Janeiro: Ipea, 53-78.
- da Silva, M. O. (2014). Panorama geral dos programas de transferência de renda na América Latina e Caribe. *Revista de Políticas Públicas*, 299-306.
- Davey, K. J. (1993). *Elements of urban management*. The World Bank.
- Fernandes, A. T. (2017). Desigualdades e representações sociais. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 10.
- Floriano, A. N. M. (2020). A Influência da ONU na elaboração de políticas públicas para redução da desigualdade no Brasil.
- Giddens, A., & Sutton, P. W. (2017). *Conceitos essenciais da sociologia*. SciELO-Editora UNESP.
- de de Lima, C. B., Netto, N. B., & de Souza, J. M. P. (2019). Gestão democrática e militarização do ensino: reflexões a partir de um estudo de caso. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE*, 35(3), 828.
- Hall, P. A., & Taylor, R. C. R. (1996). Political science and the three new institutionalisms (pp. 936-957). *XLIV: Political Studies*.

- Healey, P. Transformando a governança: desafios da adaptação institucional e uma nova política do espaço. 2006. Vol.14. European Planning Studies.
- Hernandez, M. D. C. (2015). O Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos e seu Escritório: criação e desenvolvimento institucional (1994-2014).
- Herz, M., Hoffman, A., & Tabak, J. (2015). *Organizações internacionais: história e práticas*. Elsevier Brasil.
- Brasil, I. B. G. E. (2018). Instituto Brasileiro de geografia e Estatística. *Censo demográfico, 2018*, 11.
- IPEA. (2012). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda. Comunicado do IPEA, nº 155, set. 2012.
- IPEA. (2019). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Caderno ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Reduzir a Desigualdade Dentro dos Países e Entre Eles. Brasília.
- IPEA. (2014). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília.
- IPEA. (2018). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2018.
- IPEA. (2016). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Renda - desigualdade - coeficiente de Gini. 2016.
- IPECE (2019). Instituto De Pesquisa E Estratégia Econômica Do Ceará. Entendendo o Índice de GINI. [entre 2007 e 2019].
- Jessop, B. Falha de governança, em: G. Stoker (Eds) A Nova Política de Governança Local, pp. 11-32(Londres: Macmillan). 2000.
- Lima, J. A. D. S. Onde estão os indicadores para acompanhar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?. Ceiri News, 2016.
- Lopes, D. B., & Casarões, G. S. P. (2009). ONU e segurança coletiva no século XXI: tensões entre autoridade política e exercício efetivo da coerção. *Contexto Internacional, 31*, 9-48.
- Lowndes, V. (2001). Rescuing Aunt Sally: taking institutional theory seriously in urban politics. *Urban studies, 38*(11), 1953-1971.
- Marques, R. M., & Mendes, Á. (2008). Sobre a política de combate à pobreza no Governo Lula. *Revista de Economia, 34*(3).
- Martin, L., & Simmons, B. Theories and Empirical Studies of International Institutions. International Organization. Cambridge University Press, 52(4), 729-757, outono 1998.
- Medeiros, M., Souza, P. H. G. F. D., & Castro, F. Á. D. (2015). A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares. *Ciência & Saúde Coletiva, 20*, 971-986.
- Menezes, H. Z. D., & Minillo, X. K. (2017). Pesquisa e extensão como contribuição da universidade na implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) no Brasil. *Meridiano 47, 18*, 1-16.
- World Health Organization. (2018). Organisation for Economic Co-operation and Development, and The World Bank. *Delivering quality health services: a global imperative for universal health coverage*.
- ONU (2015). Organização Das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2015
- ONU (2018). Organização Das Nações Unidas. Banco Mundial: Pobreza Extrema Está Diminuindo No Mundo, Mas A Ritmo Lento. 2018.
- Piketty, T. (2014). *O capital no século XXI*. Editora Intrínseca.
- Powell, W. W., & Dimaggio, P. J. (Eds). O Novo Institucionalismo na Análise Organizacional (Chicago, IL: University of Chicago Press). 1991.
- Rego, W. D. L., & Pinzani, A. (2013). Liberdade, dinheiro e autonomia. O caso da Bolsa Família. *Política & Trabalho, 38*.
- Rezende, F. (1993). A moderna tributação do consumo.
- Silva, M. O. D. S. (2007). O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva, 12*, 1429-1439.
- Singer, A. (2015). Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do lulismo. *Psicologia Usp, 26*, 7-14.
- Stren, R. (1993). 'Urban management' in development assistance: an elusive concept. *Cities, 10*(2), 125-138.
- Souza, J. (2004). A gramática social da desigualdade brasileira. *Revista brasileira de ciências sociais, 19*, 79-96.
- Sposati, A. (1999). Políticas sociais nos governos petistas. *Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar*, 82-107.
- Tomazini, C. G., & Leite, C. K. D. S. (2016). Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão?. *Revista de Sociologia e Política, 24*, 13-30.
- Whittemore, R., & Knafl, K. (2005). The integrative review: updated methodology. *Journal of advanced nursing, 52*(5), 546-553.